



INTERNATIONAL CENTRE FOR
TRADE AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO
GETULIO VARGAS



16 de julho de 2007

Vol. 2 No. 9

NOTÍCIAS MULTILATERAIS	1
Doha: não há possibilidade de acordo antes de agosto	1
Prazo final para regras de biotecnologia	3
Brasil é destaque em relatórios da OCDE sobre agricultura	4
NOTÍCIAS REGIONAIS	5
Objetivos do milênio: sucessos e desafios para a América Latina	5
Brasil reduz tarifas para bens de capital, de informática e de telecomunicações	7
BREVES MULTILATERAIS	8
Comitê SPS: Brasil protesta contra embargo chinês	8
BREVES REGIONAIS	9
América Central constitui união aduaneira sem Costa Rica e dá início a negociações com União Européia	9
EUA exclui produtos brasileiros e venezuelanos do SGP	10
EVENTOS	10
Fóruns Multilaterais	10
Fóruns Regionais	11
Outros Fóruns	12
INFORMAÇÕES ÚTEIS	13
FIQUE DE OLHO!	14

NOTÍCIAS MULTILATERAIS

Doha: não há possibilidade de acordo antes de agosto

Os presidentes das negociações da Rodada Doha de agricultura e bens industriais anunciaram, na última semana, a programação para a discussão dos esboços de acordos concebíveis que serão apresentados aos Membros da OMC. Para eles, não há possibilidade de que se chegue a um acordo antes de agosto.

Após as consultas dos diplomatas, os dois presidentes reunirão seus respectivos grupos de negociação durante a semana do dia 23 de julho para ouvir a "reação inicial" dos Membros. As tradicionais férias de agosto serão um necessário momento de reflexão sobre os textos, antes que as negociações comecem em 3 de setembro. A revisão dos textos ocorrerá com base nas reações dos países.

Para que a Rodada Doha seja concluída no início do próximo ano é preciso sair deste impasse. Determinar compromissos específicos de liberalização e lograr acordos em serviços, regras, e outros aspectos das negociações leva tempo. Sem um acordo até lá, as conversas poderão hibernar por mais dois anos, já que as campanhas eleitorais nos Estados Unidos da América (EUA) e na Índia tornam improváveis concessões politicamente controversas.

As tentativas de encontrar uma saída para o impasse nas negociações regrediram drasticamente em 21 de junho, quando uma reunião dos ministros dos EUA, União Européia (UE), Brasil e Índia em Potsdam, Alemanha, terminou de forma hostil.

Convergência entre os membros do G-4 seria extremamente positivo para que se chegasse a um acordo multilateral mais abrangente, mas a reunião do grupo terminou com acusações mútuas. A UE e os EUA culpam Brasil e Índia por oferecerem cortes a tarifas industriais que não estimulam novos fluxos de comércio. Por sua vez, os países em desenvolvimento (PEDs) opuseram-se à oferta de Bruxelas sobre acesso a mercado de produtos agrícolas e à proposta

PONTES Quinzenal também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para pontes@ictsd.ch. No título do e-mail escreva "inscrição" e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

de Washington de limitar as despesas com subsídios agrícolas.

As atenções agora voltam-se à ser a sede da OMC em Genebra e às tentativas dos presidentes de conseguirem um acordo. Apesar do prognóstico geral de que as chances para um acordo são pequenas, diversas delegações apresentaram novas propostas em matéria de agricultura, em uma tentativa de influenciar o conteúdo do esboço de Falconer.

Discussões em NAMA também param

Consultas com os membros mostram que futuras reuniões do grupo de negociações de Acesso a Mercados para produtos não-agrícolas (NAMA, sigla em inglês) não serão produtivas até que haja um texto que guie as discussões. Dado este contexto, Don Stephenson cancelou uma série de reuniões de NAMA que haviam sido programadas para esta semana.

Analistas de comércio nos EUA acreditam que um texto que contivesse números de coeficientes potencializaria as possibilidades de um acordo mais transparente e talvez pudesse incentivar o lento apoio da indústria à Rodada Doha. Os delegados esperam que os textos de negociação dos presidentes tragam números que possam determinar cortes tarifários e subsídios.

As negociações em NAMA permanecem profundamente polarizadas. EUA, UE e outros países desenvolvidos continuam a exigir “acesso real a mercados”, ou seja, um corte substancial nas tarifas aplicadas, em oposição a um simples corte nas tarifas consolidadas. Eles sugerem uma fórmula de redução tarifária com um coeficiente de 10 para países desenvolvidos e 15 para PEDs. Deste modo, o coeficiente de um membro transforma-se efetivamente em seu novo teto tarifário. Em outras palavras, ao aplicar-se a fórmula, todas as tarifas são reduzidas abaixo do nível do coeficiente, mas aquelas mais baixas sofrem redução mais suave.

Brasil e Índia afirmaram que o coeficiente para PEDs não deve ser menor que 30. Washington e Bruxelas queixam-se que isto geraria cortes modestos nas tarifas atualmente aplicadas, que já se encontram bem abaixo dos níveis consolidados.

As razões para as diferenças entre tarifas aplicadas e consolidadas encontram-se nas duas décadas de liberalização doméstica autônoma realizadas pela Índia e pelo Brasil, quando suas tarifas alfandegárias foram dramaticamente reduzidas. Forçar estes países a reduzir suas tarifas a níveis mais inferiores ainda seria, nos termos mercantilistas de uma negociação da OMC, “penalizá-los” pelas reformas.

Por sua vez, diversos PEDs queixam-se de que a oferta da UE para cortes a subsídios agrícolas nocivos ao comércio não vai além do previsto nas próprias reformas comunitárias de política agrícola comum. Os PEDs também reclamam que o limite oferecido pelos EUA excede substancialmente as despesas do ano passado.

Apoio Governamental

Apesar das baixas esperanças de que se chegue a um acordo em um futuro próximo, governos de diferentes partes do mundo, inclusive das 21 nações da Cooperação Econômica entre Ásia e Pacífico (APEC, sigla em inglês) reafirmaram seu comprometimento com as discussões multilaterais e indicaram o desejo de que a Rodada seja concluída ainda neste ano.

Durante o encontro em Cairns, Austrália, nos dias 5 e 6 de julho, os ministros da APEC declararam que nunca foi tão urgente progredir na Rodada Doha. Para eles, é preciso reduzir tarifas agrícolas e industriais, de modo a melhorar substancialmente o acesso a mercado, bem como reduzir subsídios agrícolas que distorcem o comércio. Eles também enfatizam a importância da flexibilidade e pediram aos presidentes dos grupos de negociação que apresentem os textos que ajudarão a construir o consenso que levará a um resultado ambicioso e equilibrado.

Os países da APEC representam a metade do comércio mundial e 60% do PIB global. Seus membros incluem EUA, China, Japão, Canadá, e Austrália, mas excluem UE, Índia e Brasil.

O Ministro de Comércio indiano, Kamal Nath, insistiu, na semana passada, que ainda é possível concluir as negociações até o final do ano, e sua declaração recebeu o apoio do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, que, como Kamal Nath, encontrava-se em Genebra para reunir-se com o bloco G-90 (que agrega diversos PEDs e as economias menos avançadas da OMC).

A representante de comércio dos EUA, Susan Schwab, mostrou-se incrédula após a conferência da APEC. Ao falar sobre os esboços de acordos preparados pelos presidentes dos grupos de negociação, ela enfatizou a necessidade de ambição. Na mesma entrevista, Susan Schwab insistiu que a oferta de Washington de cortar subsídios agrícolas nocivos ao comércio, julgada insuficiente por muitos Membros de PEDs, representa uma “ambição elevada”.

Fontes afirmam que, caso exista a real possibilidade de um acordo, o Diretor Geral da OMC, Pascal Lamy, deve convidar cerca de duas dúzias de embaixadores e

oficiais seniores para “discussões de sala verde”, de modo a definir os termos de barganha e estabelecer a etapa para a aprovação ministerial.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, vol. 11, num. 25.

Prazo final para regras de biotecnologia

União Européia (UE), Estados Unidos da América (EUA), Argentina e Canadá estabeleceram o dia 21 de novembro como o prazo final para que a decisão do painel da OMC sobre a aprovação da UE de organismos geneticamente modificados (OGMs) seja implementada.

A decisão da OMC, publicada em 29 de setembro de 2006, considerou ilegal a aplicação de moratória por parte da UE sobre a aprovação de novos produtos biotecnológicos no início da disputa.

O prazo de implementação, anunciado pelas quatro partes no dia 26 de junho, foi estabelecido doze meses após a adoção formal da decisão da OMC. O painel solicitou que a UE equilibrasse a moratória com as provisões do Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês). O painel não questionou o direito dos países de estipular leis rígidas de biossegurança, nem o direito de um Estado membro da UE de banir um produto biotecnológico. A UE decidiu não apelar da decisão.

Documentos obtidos pela ONG “Amigos da Terra” (*Friends of the Earth*) sugerem que os EUA estão pressionando a UE a eliminar as proibições nacionais de comercialização e importação de produtos biotecnológicos que já foram aprovados no nível europeu. A pressão também objetiva acelerar o processo de aprovação de novos produtos biotecnológicos pela Autoridade Européia de Segurança Alimentar, bem como o processo de aprovação de OGMs de interesse comercial para os EUA.

Segundo fontes oficiais, o interesse das quatro partes é encontrar soluções práticas para produtos biotecnológicos com potencial econômico. Os governos nacionais da UE, no entanto, ainda não chegaram a um acordo quanto à importação de produtos biotecnológicos.

Soluções caso a caso

De acordo com os documentos obtidos pela ONG, os produtos em negociação são particularmente interessantes aos EUA e incluem milho, algodão,

beterraba e sementes de milho. Os documentos também revelam que a Comissão Européia está determinada a eliminar as proibições nacionais e concordou em chamar a atenção da Autoridade Européia de Segurança Alimentar para produtos biotecnológicos “economicamente importantes”.

Durante discurso em Bruxelas, no dia 14 de junho, o Comissário de comércio da UE, Peter Mandelson, ressaltou que conforme o mercado global para produtos geneticamente modificados cresce, também cresce a visibilidade e o controle internacional dos sistemas de gerência de riscos da UE. Ele afirmou estar ciente de que a UE será desafiada se falhar ao executar suas próprias regras, em clara referência a Estados membros que se recusam a eliminar proibições a OGM.

Peter Mandelson também afirmou que a Europa deve modificar sua atitude defensiva em relação ao comércio de alimentos e sementes biotecnológicas. Para ele, os alimentos geneticamente modificados tiveram um papel importante na produtividade agrícola no passado e serão essenciais para o fornecimento de alimentos a uma crescente população no mundo em desenvolvimento, bem como para adaptar a agricultura às mudanças climáticas.

O objetivo das quatro partes não é aumentar o conflito, afirmam fontes oficiais. Entretanto, se Bruxelas não cumprir as regras da OMC até 21 de novembro, EUA, Canadá e Argentina irão tomar outras medidas, que podem ser tanto o estabelecimento de um painel quanto a extensão do prazo de implementação.

UE e produtos biotecnológicos: impasses nacionais

Os governos dos Estados membros da UE não conseguiram decidir se irão permitir ou não a importação de milho geneticamente modificado. Em abril deste ano, a Autoridade Européia de Segurança Alimentar declarou que esse milho, conhecido como *Herculex RV* e desenvolvido pelas empresas *Dow Chemicals Co.* e *E.I. DuPont De Nemours & Co.*, é seguro para o mercado europeu. Alguns governos e grupos ambientais afirmam, entretanto, que ele pode ser perigoso à saúde humana e animal.

Para a ONG Amigos da Terra, este é um claro sinal de que os Estados membros da UE priorizam questões como segurança e meio-ambiente frente aos interesses comerciais dos EUA e que os interesses dos cidadãos europeus podem prevalecer sobre os *lobbies* das empresas de biotecnologia.

A falta de acordo nacional atrasará a importação de milho geneticamente modificado, mas este poderá, eventualmente, ser permitido no mercado da UE. Se os ministros de agricultura dos Estados membros da UE não tomarem uma decisão nos próximos meses, o Comissário europeu pode aprovar a importação deste produto por 10 anos.

O governo da Grécia anunciou, em junho de 26, que irá estender a proibição nacional de sementes geneticamente modificadas ao milho conhecido como MON810 por dois anos. O MON810, produzido pela empresa estadunidense Monsanto, foi criado para resistir a uma peste europeia que ataca colheitas de milho em climas quentes. O milho tem aprovação para venda no mercado europeu desde 1998, mas alguns países da UE acreditam que a proteína contida em sua semente possa ser prejudicial à saúde humana e animal.

Áustria e Hungria também mantêm proibições nacionais ao uso e à importação do milho MON810. Tais proibições foram citadas pelos EUA, Canadá e Argentina na disputa da OMC sobre a moratória nacional da UE para a aprovação de novos produtos biotecnológicos. Em dezembro de 2006, os Estados membros da UE rejeitaram uma proposta do Comissário europeu para que a Áustria eliminasse sua proibição.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade Biores*, Volume 7, n. 13, 6 July 2007.

Brasil é destaque em relatórios da OCDE sobre agricultura

Divulgado em meados de junho e editado em conjunto com a Organização da ONU para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês), o relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre as perspectivas agrícolas entre 2007 e 2016 (*Agricultural Outlook 2007-2016*) apresenta um possível cenário do mercado de *commodities* agrícolas. Já o relatório sobre as políticas agrícolas de países não Membros da OCDE, publicado no início de julho, analisa as políticas agrícolas de oito países, dos quais o Brasil é destaque.

Inicialmente, o relatório sobre as perspectivas do mercado agrícola destaca os altos preços das *commodities* e ressalta que este cenário deverá manter-se na próxima década. O aumento de preços, segundo o relatório, deve-se, sobretudo, a três fatores: (i) aumento da produção agrícola destinada aos biocombustíveis; (ii) aumento do preço da energia; e (iii) aumento da demanda interna nos países

emergentes. Neste contexto, a OCDE projeta, por exemplo, que o preço da tonelada do trigo será US\$ 183 em 2016 (o preço atual é US\$ 152); do óleo vegetal, US\$ 614 (atualmente é US\$ 520); e do açúcar refinado, US\$ 308 (US\$ 269, atualmente).

A OCDE também indica que haverá maior desconcentração do mercado agrícola internacional, o que já pode ser verificado atualmente. Neste cenário, os países em desenvolvimento (PEDs) assumirão papel cada vez mais relevante na produção e exportação de *commodities*, em detrimento dos Países Membros da OCDE.

Com efeito, entre 1985 e 1989 os 15 principais exportadores agrícolas respondiam por 80% das exportações agrícolas mundiais. Entre 2000 e 2004, este índice caiu para 75%. Estados Unidos da América (EUA) e União Europeia (UE), os dois principais exportadores agrícolas, que no primeiro período respondiam por 42,5% das exportações, no segundo responderam por 37%. Além disso, os Membros da OCDE, que em 1988 responderam por 70% das exportações agrícolas mundiais, hoje respondem por 60%.

Caso tal tendência persista, a OCDE projeta queda na produção de seus Membros em 14 das 15 *commodities* analisadas pelo relatório (a única exceção é o trigo). A produção de carne na OCDE em 2016, por exemplo, será de 36,3% do total (ante os 41,1% registrados em 2004); a de óleos vegetais deverá cair dos atuais 26% para 23,8% em 2016; e a de açúcar, de 24% para 21%. Em contrapartida, o Brasil – que já é o maior produtor mundial de açúcar (o país responde por 40% do comércio global do produto) – será, em 2016, o maior exportador mundial de carne. Quanto às oleaginosas (soja, girassol e canola), espera-se que a produção brasileira cresça, em média, 3,9% ao ano até 2016. Atualmente, o Brasil é o 3º maior exportador agrícola do mundo (atrás apenas dos EUA e da UE) e responde por 5,5% das exportações mundiais do setor. Em 1989, o país ocupava a 5ª posição, com 4,4%.

O relatório também projeta uma forte expansão do comércio internacional de *commodities* agrícolas até 2016, o que também se verificou nos últimos tempos: entre 1985 e 2004, as exportações agrícolas passaram de US\$ 175 bilhões para US\$ 594 bilhões. Só as exportações do G-20 quadruplicaram no período em questão e chegaram, em 2004, a US\$ 111 bilhões. Neste contexto, a OCDE indica a possibilidade de que haja, até 2016, incremento de 13% no comércio mundial de grãos, 17%, no de trigo, de 50% no de carnes e de 70% no de óleos vegetais.

Apesar disso, a agricultura vem perdendo espaço na pauta de exportações dos países em virtude do maior

crescimento das exportações de produtos manufaturados. Entre 1985 e 2004, estas exportações passaram de US\$ 1,47 trilhão para US\$ 8 trilhões – o que equivale a um incremento anual médio de 9,32% (maior, portanto, do que a taxa registrada em agricultura). Consequentemente, o percentual das exportações agrícolas no total de exportações mundiais caiu de 11,9% em 1985 para 7,4% em 2004. No G-20, as exportações agrícolas – que em 1985 representavam 19% do total exportado por estes países – responderam por apenas 9% do total exportado em 2004.

Por sua vez, o relatório sobre políticas agrícolas de países não Membros da OCDE oferece dados sobre o setor agrícola de 8 países: África do Sul, Brasil, Bulgária, China, Índia, Romênia, Rússia e Ucrânia. Tais países, segundo o relatório, representam 30% da produção e 10% do comércio agrícola mundial.

Dos países analisados, o Brasil é o único cuja importância da agricultura para o PIB aumentou entre 1990 e 2005. O índice registrado (8% em 2005), no entanto, ainda é menor do que os índices de Bulgária, China, Índia, Romênia e Ucrânia. Além disso, o Brasil é, dentre estes 8 países, aquele no qual as exportações agrícolas possuem maior peso nas exportações (27% do total, aproximadamente) e na balança comercial (responsável por 86% do *superávit*).

Apesar disso, a produção agrícola bruta do Brasil caiu 0,3% em 2005, após 4 anos consecutivos de crescimento anual médio de 5%. Para a OCDE, tal queda deveu-se à diminuição do preço de certas *commodities* (soja, arroz e trigo tiveram queda de preço de, respectivamente, 26%, 23% e 16%), ao aumento do preço da energia e à apreciação cambial do Real.

Em virtude disso, houve aumento do apoio doméstico à agricultura brasileira. Com efeito, o Coeficiente de Proteção Nominal do Produtor (NPC, sigla em inglês) - razão entre o preço recebido pelo produtor e os preços praticados globalmente - aumentou de 0,92 em 1997 para 1,04 em 2005. Ainda assim, este coeficiente é menor do que todos os países da OCDE (1,27) e, dentre os 8 países analisados pelo relatório, menor apenas que o da Ucrânia (0,98, aproximadamente).

Ademais, a Estimativa de Apoio ao Produtor (PSE, sigla em inglês) – verbas públicas oferecidas com base em determinados critérios, como produtividade, renda, etc. – aumentou de R\$ 6,6 bilhões em 2004 para R\$ 10,6 bilhões em 2005. Já a Estimativa de Apoio a Serviços Gerais (GSSE, sigla em inglês) – valor dos investimentos públicos em pesquisa, desenvolvimento e infra-estrutura – passou de R\$ 1,9 bilhão em 2003 para R\$ 4,8 bilhões em 2005. Atualmente, o apoio doméstico à agricultura no Brasil equivale a 0,7% do

PIB. Este percentual, nos países da OCDE, equivale a 1,1% do PIB da organização.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

OCDE. OECD-FAO Agricultural Outlook 2007-2016. Disponível em: <<http://www.oecd.org/dataoecd/6/10/38893266.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2007.

OCDE. Agricultural Policies in Non-OECD Countries – Monitoring and Evaluation. Disponível em: <<http://213.253.134.43/oecd/pdfs/browseit/5107031E.PDF>>. Acesso em: 14 jul. 2007.

NOTÍCIAS REGIONAIS

Objetivos do milênio: sucessos e desafios para a América Latina

Em 2000 os Estados membros da ONU adotaram a Declaração do Milênio, na qual se comprometeram a alcançar, em 15 anos, oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), metas que correspondem aos maiores desafios mundiais do desenvolvimento. Metade deste prazo já transcorreu. Diante disso, a ONU lançou relatório que avalia o progresso das regiões menos desenvolvidas no cumprimento dos ODMs e faz previsões para 2015. O relatório foi elaborado com base em informações coletadas por diversas organizações internacionais.

Os resultados apresentados no relatório já apontam progressos e demonstram que a comunidade internacional e a maior parte dos países individualmente considerados *podem* sim alcançar os ODMs até 2015. No entanto, o documento também evidencia as dificuldades e o quanto ainda deve ser feito para que as metas sejam efetivamente cumpridas.

Obstáculos aos ODMs

Um dos principais entraves ao cumprimento das metas é a desigualdade *entre* os países e *dentro* de cada um deles, pois enquanto alguns conseguem alcançar os objetivos, outros não. Outra dificuldade enfrentada é a crescente necessidade de ajuda financeira por parte dos países em desenvolvimento (PEDs) e de menor desenvolvimento relativo (PMDRs). Nesse sentido, o oitavo dos ODM's, cuja meta é desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento, refere-se à responsabilidade dos países desenvolvidos de apoiar

os países mais pobres em seus esforços para alcançar as metas propostas pela Declaração do Milênio.

Dessa forma, os países desenvolvidos assumiram o compromisso de aumentar a ajuda financeira em prol do desenvolvimento, permitir maior abertura comercial aos produtos exportados por PEDs (especialmente no âmbito do Sistema Geral de Preferências da OMC) e perdoar a dívida externa dos países pobres altamente endividados. Dentro deste contexto, os países desenvolvidos estabeleceram a meta de alocar 0.7% do seu PIB para a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) até 2015. Apesar dos referidos compromissos assumidos, o relatório demonstra que a verba destinada ao custeio do desenvolvimento foi reduzida de 2005 para 2006 e prevê, ainda, que haverá outra queda em 2007. É necessário, portanto, que os países desenvolvidos demonstrem maior comprometimento em atingir a meta da AOD, pois o cumprimento dos ODMs por PEDs só será factível uma vez que o financiamento esteja, de fato, assegurado.

Resultados globais

O documento apresenta reduções importantes no número de pessoas que vivem em extrema pobreza no mundo. Isso deve-se, principalmente, ao desenvolvimento econômico de Índia e China nos últimos anos. Por consequência, a Ásia é a região de maiores avanços quanto à redução da pobreza. Também houve redução significativa na proporção de pessoas que são atingidas pela fome no mundo.

No que tange ao objetivo de universalizar a educação primária, os avanços são mais tímidos e demandam maiores esforços. O mesmo ocorre com as metas de promoção da igualdade entre homens e mulheres e de redução da mortalidade infantil. No tocante ao quinto ODM, cuja meta é melhorar a saúde das gestantes, os resultados não apresentam melhorias; pelo contrário, o número de mortes de mulheres durante a gravidez e no parto continua alto. Quanto ao combate à AIDS, à malária e outras doenças graves, houve relativo progresso, uma vez que é maior o acesso a tratamentos e medicamentos. O número de óbitos decorrentes dessas doenças, no entanto, continua a aumentar e novos casos de infectados continuam a surgir.

Por fim, em relação à sustentabilidade do meio ambiente, o relatório informa que ainda há pouco avanço quanto à proteção da biodiversidade e das florestas, mas apresenta progressos no que se refere à diminuição da emissão de substâncias que esgotam a camada de ozônio e ao desenvolvimento e uso de tecnologias de energias limpas.

América Latina e Caribe

Na América Latina e no Caribe, a redução da pobreza não foi tão significativa quanto na Ásia. De 1990 a 2004, o número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia caiu de 10,3% para 8,7%. Ainda que a parcela da população abaixo da linha da pobreza na região tenha diminuído, em 14 anos a redução foi de apenas 1,6 ponto percentual, enquanto a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento como um todo, durante o mesmo período, foi de 11,7 pontos. Mais preocupante ainda é a desigualdade na distribuição de renda da região: em 2004, a participação da quinta parte mais pobre da população na renda nacional caiu de 2,8% (1990) para 2,7%. Esses números mantêm a América Latina e o Caribe como a região mais desigual do mundo.

No tocante ao cumprimento dos outros ODM's, a situação latino-americana é elogiada pela ONU, pois a região tem capacidade de cumprir as metas até 2015. O relatório adverte, no entanto, que há necessidade de maiores esforços para acelerar o ritmo da erradicação da pobreza, bem como para diminuir as desigualdades econômicas internas.

Apesar do relativo progresso da região, representantes da sociedade civil, como Ramesh Singh, diretor executivo da *ActionAid* (organização de alcance mundial que luta pela erradicação da pobreza), ressaltaram a importância de maior participação da América Latina em foros internacionais que debatem temas de desenvolvimento. É o caso do Fórum do Desenvolvimento 2007 da Sociedade Civil, que ocorreu no final do mês passado, organizado pela Conferência de Organizações Não Governamentais com *Status Consultivo* na ONU (CONGO, sigla em inglês). Nesses encontros, os governos são pressionados a atuar em favor do cumprimento dos ODM's e discutir meios que levem a resultados efetivos. Dessa forma, a participação dos representantes latino-americanos é fundamental para a realização da meta de redução da pobreza seja possível. Maiores informações sobre o Fórum do Desenvolvimento 2007 encontram-se disponíveis em:
<<http://www.ngocongo.org/index.php?what=news&id=10377>>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

ONU. The Millennium Development Goals Report 2007. Disponível em:
<<http://www.un.org/millenniumgoals/pdf/mdg2007.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

Inter Press Services News Agency. Desarrollo: América Latina, la oculta. 30 jun. 2007. Disponível em: <<http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=41379>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

Brasil reduz tarifas para bens de capital, de informática e de telecomunicações

Em reunião ocorrida em 27 de junho, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) aprovou a concessão de novos Ex-Tarifários (Resoluções nº 21 e 22) e prorrogou o prazo de validade da lista brasileira de exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul em bens de informática e de telecomunicações (Resolução nº 20).

O Ex-Tarifário é um tratamento tributário diferenciado (redução ou isenção de alíquotas *ad valorem* do imposto de importação) outorgado a determinado produto – geralmente bem de capital ou bem de informática e de telecomunicação (denominados na TEC como BK e BIT, respectivamente) – em virtude da ausência de produção nacional. Segundo a Resolução nº 35 da CAMEX, que regula a matéria, a condição de Ex-Tarifário poderá ser concedida por um período de até 2 anos (artigo 2º, parágrafo 1º) e deverá ser pleiteada por empresa brasileira ou associação de classe junto à Secretaria de Desenvolvimento da Produção do MDIC.

A solicitação é apreciada pelo Comitê de Análise de Ex-Tarifários (CAEX), vinculado ao MDIC e composto por um representante da Secretaria de Desenvolvimento da Produção (que exercerá as funções de presidente do CAEX), um representante da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e um representante da Secretaria Executiva da CAMEX. Em seguida, o CAEX encaminha a solicitação à Secretaria da Receita Federal, que examina a classificação tarifária do produto e adequação da nomenclatura indicada no pleito. Superada esta etapa, a CAEX envia suas recomendações à Secretaria Executiva da CAMEX e esta, então, concede ou não o Ex-Tarifário, por meio de resolução. A apreciação do pedido, segundo a Resolução nº 35 (artigo 6º), leva em consideração os seguintes fatores: (i) compromissos dos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas do MDIC; (ii) política para o desenvolvimento da produção do setor a que pertence a entidade ou empresa solicitante; (iii) absorção de novas tecnologias; e (iv) investimento em melhoria de infraestrutura.

Além disso, o artigo 7º da Resolução nº 35 estabelece que a verificação da inexistência de produção nacional deve ser realizada pelo próprio CAEX, com base em

um dos quatro procedimentos mencionados no artigo, a saber: (i) atestado ou declaração de comprovação de inexistência de produção nacional para o produto solicitado, emitido por entidade idônea e qualificada a emitir documentos desta natureza; (ii) consultas aos fabricantes nacionais ou a suas entidades representativas, com prazo de 15 dias para o fornecimento de respostas, sob pena de presunção da inexistência de produção nacional; (iii) consultas públicas; e (iv) laudo técnico elaborado por entidade tecnológica de reconhecida idoneidade e competência técnica, na hipótese de divergência quanto à existência de produção nacional.

Conforme mencionado inicialmente, a Resolução nº 21 da CAMEX aprovou a concessão de dois novos Ex-Tarifários para BITs e a prorrogação de um Ex-Tarifário para a mesma modalidade de bens, até a mesma data. Em ambos os casos, a alíquota *ad valorem* do Imposto de Importação é de 2%, com prazo de vigência até 31 de dezembro de 2008. Um dos Ex-Tarifários aprovados refere-se à importação de equipamento transmissor de sinal digital (item 8517.62.51 da Nomenclatura Comum do Mercosul), cuja alíquota anterior era de 12%. A redução insere-se no contexto do Programa Sistema Brasileiro de TV Digital, que visa à implantação do padrão digital nas televisões brasileiras. Segundo dados do MDIC, as importações deste item, entre janeiro e junho deste ano, chegaram a US\$ 1,5 milhão.

Já a Resolução nº 22 aprovou a concessão de mais 167 Ex-Tarifários para BKs, dos quais 152 são Ex-Tarifários simples e 15 referem-se a Sistemas Integrados (conjunto de máquinas e equipamentos utilizados para uma determinada atividade produtiva). Além disso, a Resolução aprovou a prorrogação de outros 64 Ex-Tarifários concedidos para esta modalidade de bens. Igualmente, a alíquota será de 2% e válida até 31 de dezembro de 2008.

Desta forma, o Brasil aprofunda sua abertura comercial para a entrada de BKs em relação aos demais sócios do Mercosul. Afinal, dos 1198 itens tarifários da TEC do bloco que são considerados BKs, 898 possuem alíquota de 14%.

Segundo o MDIC, o Brasil possui 2068 Ex-Tarifários simples, dos quais 492 expiram em 31 de dezembro próximo, 717 estão em vigência até 30 de junho de 2008 e 859 até 31 de dezembro de 2008. Em 30 de junho deste ano 544 Ex-Tarifários expiraram. Estas informações estão atualizadas até a Resolução nº 22 da CAMEX.

Em outra Resolução aprovada pela CAMEX (a de nº 20), determinou-se a prorrogação do prazo de vigência da lista brasileira de exceções à TEC para BITs de 30 de junho (conforme anteriormente determinado pela

Resolução da CAMEX nº 43 de 2006) para 31 de dezembro deste ano. A lista contém 77 itens tarifários, dos quais 67 estão isentos de tarifas. Ao todo, a lista de BITs inserida na TEC do Mercosul possui 376 itens. Destes, 87 estão isentos de tarifas (em nenhum deles o Brasil aplica tarifa maior), 100 itens possuem tarifas entre os 2% e os 8% e outros 189 itens possuem tarifas entre 10% e 16%. Recordar-se, ainda, que, segundo dados do MDIC, o Brasil possui 209 exceções à TEC (equivalentes a 2,15% dos 9721 itens tarifários da TEC).

Maiores informações sobre a lista de Ex-Tarifários atualmente em vigor, sobre a TEC aplicada pelo Mercosul e respectivas exceções, bem como sobre a lista de BKs e BITs podem ser encontradas em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negIntenacionais/tec/apresentacao.php>>.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

MDIC. GECEX aprova lista de ex para TV digital e antidumping contra a China. 27 jun. 2007. Disponível em <http://www.mdic.gov.br/sitio/ascom/noticias/noticia.php?cd_noticia=7566>. Acesso em: 10 jul. 2007.

MDIC. Resolução CAMEX nº 35. 22 nov. 2006. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/resCamex/2006/rescamex035-06.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

MDIC. Resolução CAMEX nº 20. 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2007/rescamex020-07.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

MDIC. Resolução CAMEX nº 21. 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2007/rescamex021-07.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

MDIC. Resolução CAMEX nº 22. 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivo/legislacao/rescamex/2007/rescamex022-07.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2007.

BREVES MULTILATERAIS

Comitê SPS: Brasil protesta contra embargo chinês

Durante a última reunião do Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC (Comitê SPS, sigla em inglês), ocorrida no dia 27 de junho, o Brasil manifestou sua insatisfação com a manutenção da proibição de importação de carne bovina brasileira imposta pela China.

Em outubro de 2005, após um surto de febre aftosa, o Escritório Internacional de Zoonoses (OIE, sigla em francês) – também conhecido como Organização Internacional de Saúde Animal – suspendeu o *status* de “livre de febre aftosa” para a carne bovina produzida nos estados do Paraná, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal. Como consequência preventiva, os Membros da OMC impuseram embargos à exportação da carne bovina oriunda de todo o território brasileiro.

Aos poucos, no entanto, o embargo imposto ao território brasileiro foi sendo levantado, com exceção dos estados acima mencionados. Isto deveu-se ao princípio da regionalização, cuja utilização é recomendada pela OIE. Previsto no artigo 6º do Acordo SPS, o princípio da regionalização determina que medidas sanitárias e fitossanitárias aplicadas pelos Membros da OMC devem levar em consideração as características sanitárias e fitossanitárias da área na qual as medidas serão aplicadas – seja ela um país inteiro ou determinados territórios de um país e que os Membros reconheçam o conceito de área livre de pestes ou doenças na aplicação de tais medidas. Com isto, as restrições à exportação de um dado produto de origem animal em virtude de doença ou peste deveria ater-se aos locais que registram os focos. Neste caso, os demais territórios do país afetado pela doença ou pela peste estariam livres para exportar. No entanto, a China manteve o embargo a exportações oriundas de todo o território brasileiro. O governo chinês alega não reconhecer o princípio da regionalização e nem os padrões da OIE.

Esta controvérsia entre Brasil e China reacende o debate entre países exportadores e importadores quanto à implementação do princípio da regionalização – já que o referido artigo 6º apenas exige que os Membros da OMC reconheçam o princípio, sem estabelecer prazos nem procedimentos para tanto. O Brasil e outros países latino-americanos exportadores propuseram um prazo de 36 meses para a implantação da regionalização, contados a partir do momento em que o país exportador solicite o reconhecimento de área livre de doença ou peste. A proposta, no entanto,

foi recusada por países importadores como Japão, Coréia do Sul, Taiwan e Estados Unidos da América (EUA).

Segundo dados da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), as exportações brasileiras de carne bovina chegaram a US\$ 3,99 bilhões em 2006 e entre janeiro e maio deste ano, US\$ 1,86 bilhão. Rússia, Egito, Holanda, EUA, Itália e Reino Unido são os principais destinos da carne bovina brasileira: em 2006 estes países responderam por 58,2% das exportações (US\$ 2,323 bilhões) e, nos cinco primeiros meses de 2007, por 60% (US\$ 1,16 bilhão). Ainda segundo a ABIEC, o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina. Aproximadamente 2 milhões de toneladas foram exportadas em 2006.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

ABIEC. Exportações de carne bovina do Brasil. Jan-mai. 2007. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/estatisticas/91.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

ABIEC. Exportações e importações de carne bovina. Jan-dez. 2006. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/estatisticas/85.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

ABIEC. Mercado mundial de carne bovina. Disponível em: <<http://www.abiec.com.br/estatisticas/93.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

OMC. Agreement on the Application of Sanitary and Phytosanitary Measures. Disponível em: <http://www.wto.org/english/docs_e/legal_e/15-sps.doc>. Acesso em: 12 jul. 2007.

OIE. Official Animal Health Status. Foot and Mouth Disease. Disponível em: <http://www.oie.int/eng/info/en_fmd.htm>. Acesso em: 12 jul. 2007.

Valor Econômico. China não reconhece área livre de aftosa no Brasil. 28 jun. 2007. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/portugues/noticiario/nacional/selecao_detalhe3.asp?ID_RESENHA=352092>. Acesso em: 12 jul. 2007.

Valor Econômico. Brasil reclamará da China na OMC. 27 jun. 2007. Disponível em: <<http://clipping.planejamento.gov.br/Noticias.asp?NOTCod=364282>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

Netcomex. Brasil contesta na OMC proibição da entrada de carne bovina na China. 28 jun. 2007. Disponível em: <http://www.netcomex.com.br/noticias.asp?id_noticia=5696&id_secao=10&id_tipo_noticia=1&>. Acesso em: 12 jul. 2007.

BREVES REGIONAIS

América Central constitui união aduaneira sem Costa Rica e dá início a negociações com União Européia

No dia 25 de junho os governos de El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua assinaram o Acordo Marco para o Estabelecimento da União Aduaneira Centro Americana, em conformidade com o artigo 15 do Protocolo do Tratado Geral de Integração Econômica Centro Americana (Protocolo da Guatemala). O Acordo possibilitou o lançamento das negociações com a União Européia (UE) para a celebração de um acordo comercial, iniciadas em Bruxelas, Bélgica, no dia 29 de junho.

O Acordo Marco estabelece três etapas para a implementação da união aduaneira. A primeira é a promoção da livre circulação de bens e a facilitação do comércio – concretamente no que se refere a princípios comuns sobre contingentes e doações e à proibição de restrições não tarifárias.

A segunda etapa consiste na harmonização e convergência normativa e inclui: (i) a harmonização de toda a tarifa externa comum; (ii) a criação de um sistema tarifário único de nomenclaturas, descrições e direitos aduaneiros; (iii) a não aplicação de requisitos e normas de origem; (iv) a implementação de um regime comum de medidas sanitárias e fitossanitárias; e, finalmente, (v) a adoção de um regime comum sobre barreiras técnicas ao comércio.

A terceira etapa é a de desenvolvimento institucional, na qual identifica-se a necessidade de que os países signatários do Acordo Marco implementem as mudanças necessárias para que possam responder institucionalmente às exigências decorrentes da união aduaneira. Além disso, pretende-se que, no futuro, seja criado um Fundo que financie programas e projetos de investimento produtivo e social.

Para que entre em vigor, o Acordo Marco deve ser ratificado por cada um dos países signatários, conforme suas respectivas legislações internas.

O Acordo Marco constata a importância da consolidação de grandes espaços econômicos no atual contexto internacional e a necessidade de uma adequada inserção dos países centro americanos no mercado mundial em prol de maior bem estar na região. Trata-se de uma referência indireta à exigência da UE, que havia condicionado o início das negociações de um Acordo de Associação com os países da América Central à criação de uma união aduaneira na região.

Negociações América Central – UE

Com a assinatura do Acordo Marco em 25 de junho e consequente constituição da união aduaneira centro americana, as negociações do Acordo de Associação entre os países da região e a UE tiveram início no dia 29 de junho. Em comunicado de imprensa, a UE deixou claro que o Panamá poderá participar plenamente das negociações assim que aderir ao processo de integração econômica centro americano.

Apesar de não ter assinado o Acordo Marco, a Costa Rica foi incluída no lançamento oficial das negociações com o bloco europeu. A razão para tanto seria o referendo sobre a aprovação do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos da América, República Dominicana e América Central (CAFTA-DR, sigla em inglês). Segundo comunicado oficial do Ministério de Comércio Exterior da Costa Rica, uma vez realizado o referendo, seria possível proceder às consultas internas necessárias para, se for este o caso, aderir ao Acordo Marco.

A primeira rodada de negociações entre América Central e UE deve ocorrer na Costa Rica, no último trimestre deste ano, depois que este país concluir os procedimentos para o referendo sobre o CAFTA-DR.

Tradução de artigo originalmente publicado em *Puentes Quincenal*, v. 4, n. 13, 10 jul. 2007.

EUA exclui produtos brasileiros e venezuelanos do SGP

Os Estados Unidos da América (EUA) excluíram do Sistema Geral de Preferências (SGP) alguns produtos provenientes do Brasil, Índia, Venezuela e outros países em desenvolvimento (PEDs). A medida foi tomada com base nas reformas do SGP, realizadas no ano passado e aprovadas pelo Congresso dos EUA. Como consequência, até a próxima revisão do SGP, o Brasil não poderá mais exportar freios de automóveis e ferrozircônio ao mercado estadunidense sem o pagamento de tarifas de importação. As exportações destes produtos para os EUA alcançaram US\$ 274 milhões e US\$ 700 mil, respectivamente, no ano

passado. Da mesma forma, as jóias de ouro da Índia e da Tailândia, o metanol da Venezuela, as nozes da Costa do Marfim e alguns outros produtos também serão tarifados ao ingressarem nos EUA.

A medida adotada pelos EUA tornou-se pública apenas duas semanas após o fracasso das negociações da Rodada Doha, que se deveu, principalmente, à falta de consenso sobre a redução dos subsídios e tarifas agrícolas. Nesta ocasião, Índia e Brasil de um lado e EUA de outro recriminaram-se mutuamente por terem sido os responsáveis pela ruptura das negociações (Ver Pontes Quinzenal, vol, II, n. 8, 2 de julho de 2007). O presidente do Comitê de Finanças do Senado estadunidense, o republicano Chuck Grassley, já havia antecipado que as preferências para Brasil, Índia e outros integrantes do G-20, como Argentina, não seriam renovadas e acusou esses países de dificultarem as negociações de tratados comerciais de interesse dos EUA nos últimos anos. “Por que deveríamos manter um tratamento preferencial a países que não querem nos dar acesso a seus mercados nas negociações da OMC?”, disse Grassley.

Para Carlos Cavalcanti, diretor-adjunto da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), esta é uma “forte mensagem”. Stephen Norton, porta-voz do representante comercial dos EUA, afirmou que a decisão não deve ser interpretada como uma medida punitiva, mas sim como parte de uma ampla revisão do sistema geral de preferências iniciada há 10 meses pelos EUA. Ele também afirmou que apesar da exclusão de 21 produtos do SGP, foi mantida a isenção de tarifas para 115 produtos provenientes de países que descumpriram os novos critérios em 2006.

A reforma do SGP permite que as preferências comerciais aplicadas a um produto sejam revogadas quando as importações deste produto excedem US\$ 187.5 milhões por país ou quando representam 75% das importações totais do produto pelos EUA.

Tradução de artigo publicado originalmente em *Puentes Quincenal*, v. 4, n.13, 10 jul. 2007.

EVENTOS

Fóruns Multilaterais

OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf>.

16 de julho
Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação ao Comércio

18 de julho
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais (Bahrain)

18 e 19 de julho
Sessão Especial do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente

19 de julho
Reunião do Grupo de Trabalho sobre a Acesso de Montenegro

20 de julho
Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais (Bahrain)
Reunião do Grupo de Negociação sobre Facilitação ao Comércio

24 de julho
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

26 de julho
Reunião do Comitê de Negociações Comerciais

27 de julho
Reunião do Conselho Geral

31 de agosto
Reunião do Órgão de Solução de Controvérsias

UNCTAD

Informações:
<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=5&frmYear=2007&frmNoOfMonths=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2004&month=10&day=1>>.

17 a 19 de julho
Grupo intergovernamental de especialistas em direito e política concorrencial
Local: Genebra, Suíça.

19 de julho
Lançamento do Relatório sobre os Países de Menor Desenvolvimento Relatório de 2007

23 de julho
Curso rápido de treinamento sobre as principais questões da agenda econômica internacional: a interface entre políticas concorrenciais, comércio,

investimentos e desenvolvimento
Local: Genebra, Suíça.

23 a 26 de junho
Missão consultiva sobre estudos em comércio de serviços
Local: Dakar, Senegal.

3 de setembro
Reunião de especialistas sobre as implicações dos serviços financeiros e do comércio de commodities no comércio e desenvolvimento (Parte 1)
Local: Genebra, Suíça.

4 de setembro
Seminário: *Funding Sources for Emerging Exchange and Capital Market Development*
Local: Genebra, Suíça.

5 de setembro
Lançamento do Relatório sobre Comércio e Desenvolvimento de 2007

Banco Mundial

Informações:
<<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/NEWS/0,,enableDHL:TRUE~hIPK:961926~menuPK:34482~pagePK:34380~piPK:34428~theSitePK:4607,00.html>>.

20 a 31 de agosto
Curso: Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: redução da pobreza, saúde reprodutiva e reforma do setor de saúde
Local: Bangkok, Tailândia.

Convenção sobre Diversidade Biológica

Informações:
<<http://www.cbd.int/meetings/default.shtml>>.

10 a 12 de setembro
Reunião do grupo *ad hoc* de especialistas técnicos sobre transferência de tecnologia e cooperação científica e tecnológica
Local: Genebra, Suíça.

Fóruns Regionais

CEPAL

Informações:
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

23 de julho

Apresentação da publicação “Visões do desenvolvimento na América Latina”
Local: Santiago, Chile.

24 de julho

Seminário “Melhores práticas para a internacionalização das SMEs”
Local: Santiago, Chile.

26 de julho

Apresentação do “Estudo Econômico para América Latina e o Caribe: 2006-2007”
Local: Santiago, Chile.

30 de julho

Seminário sobre a coesão social na iberoamérica
Local: Cidade do México, México.

Mercosul

Informações:

<<http://www.mercosur.int/msweb/porta%20intermediario/es/reuniao/redirecionada.htm>>.

23 a 27 de julho

VII Reunião do Grupo *ad hoc* para redação do código aduaneiro do Mercosul.
Local: Montevidéu, Uruguai.

24 e 25 de julho

Seminário: Integração Produtiva no Mercosul
Local: Montevidéu, Uruguai.

1 a 3 de agosto

Reunião ordinária do Comitê Técnico n.º 3 sobre normas de origem
Local: Montevidéu, Uruguai.

06 a 10 de agosto

Reunião Extraordinária do Comitê Técnico de Valoração Aduaneira (a confirmar)
Local: Montevidéu, Uruguai.

8 de agosto

Reunião preparatória de altas autoridades competentes em direitos humanos, chancelarias do Mercosul e Estados Associados (a confirmar)
Local: Montevidéu, Uruguai.

8 a 10 de agosto

XCIV Reunião ordinária da Comissão de Comércio do Mercosul
Local: Montevidéu, Uruguai.

13 e 14 de agosto

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre bens e serviços

ambientais (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre substâncias químicas perigosas (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre concorrência e meio ambiente (a confirmar)

Reunião do Grupo *ad hoc* sobre o sistema de informação ambiental - SIAM (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

13 e 17 de agosto

Reunião do Grupo *Ad Hoc* para redação do código aduaneiro do Mercosul (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

15 a 17 de agosto

LVII reunião ordinária do sub-grupo de trabalho n.º 6 sobre meio ambiente (a confirmar)

Reuniões bilaterais do sub-grupo de trabalho n.º 6 sobre meio ambiente (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

29 de agosto

LXIX Reunião ordinária do Grupo Mercado Comum (a confirmar)

Local: Montevidéu, Uruguai.

OCDE

Informações:

<http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html>.

17 de julho

Conferência à imprensa para apresentar a revisão da performance ambiental da China

Local: Tóquio, Japão ou Washington, EUA.

20 de julho

Conferência à imprensa sobre os estudos da Agência Internacional de Energia sobre os aspectos legais do armazenamento de CO2 e sobre eficiência energética industrial e emissões de CO2.

Local: Tóquio, Japão.

12 a 18 de agosto

Semana Mundial da Água

Local: Estocolmo, Suécia.

Outros Fóruns

12 a 17 de agosto

6º Diálogo interamericano sobre administração das águas – Do discurso à ação: fortalecer parcerias e construir bases para alcançar as metas do milênio

Local: Cidade da Guatemala, Guatemala.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

Divulgação de relatórios e artigos

Tendências tributárias na UE

O Eurostat, escritório de estatísticas das Comunidades Europeias e a Direção Geral de Fiscalização e União Aduaneira da Comissão Europeia publicaram estudo intitulado *Taxation trends in the European Union: Data for the EU Member States and Norway*. O trabalho compilou indicadores tributários na União Europeia e possibilita uma comparação mais precisa entre os sistemas e políticas tarifárias de seus Estados Membros. O relatório completo pode ser encontrado em:

<http://ec.europa.eu/taxation_customs/resources/documents/taxation/gen_info/economic_analysis/tax_structures/Structures2007.pdf>.

Opinião pública

O WorldPublicOpinion.org e o *Chicago Council on Global Affairs* lançaram um estudo detalhado que apresenta a opinião global sobre importantes questões internacionais, tais como mudanças climáticas, globalização e o futuro das Nações Unidas. O relatório, intitulado *World Public Opinion 2007* é baseado em uma pesquisa conduzida em 18 países e busca entender como as perspectivas das pessoas ao redor do mundo podem variar ou convergir em questões de importância global. O público entrevistado corresponde a 56% da população mundial. O estudo encontra-se disponível em:

<<http://aftermathnews.wordpress.com/tag/global-government/>>.

Banco Mundial

Em 10 de julho, o Banco Mundial publicou relatório intitulado *Governance Matters, 2007: Worldwide Governance Indicators*. O documento apresenta uma série de indicadores compilados por organizações e agências internacionais relacionadas à governança pública. O relatório analisa o período de 1996 a 2006 e encontra-se disponível em: <<http://info.worldbank.org/governance/wgi2007/>>.

Degradação dos ecossistemas

O *World Resources Institute* publicou relatório que propõe uma agenda de ação para reversão da degradação dos ecossistemas, direcionada às empresas, governos e à sociedade civil. O texto,

chamado *Restoring Nature's Capital: an Action Agenda to Sustain Ecosystem Services*, está disponível em: <http://pdf.wri.org/restoring_natures_capital.pdf>.

Guia prático: comércio internacional e direitos humanos

A Conectas publicou um "Guia Prático sobre a OMC e outros acordos comerciais para defensores de direitos humanos". O objetivo desta publicação é colocar à disposição dos defensores de direitos humanos, da sociedade civil e da população da América Latina e Caribe uma descrição precisa, prática e facilmente compreensível do impacto da OMC e outros acordos comerciais na efetivação dos direitos humanos na região. A versão em português do Guia é uma tradução da sua versão em espanhol, para a qual o original em inglês foi adaptado com exemplos e casos da América Latina. A publicação no Brasil foi financiada pela *Oxfam International* e pela *Action Aid International*. O guia completo em português pode ser acessado em: <<http://www.conectas.org/arquivospublicados/OMC-miolo.pdf>>.

China e América Latina

O Centro de Desenvolvimento da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou o livro *The Visible Hand of China in Latin America*, de Javier Santiso. A obra analisa as oportunidades e desafios enfrentados pelas economias da América Latina diante do crescimento da importância econômica da China na economia mundial, bem como nos mercados tradicionais latino-americanos. Maiores informações sobre o livro encontram-se disponíveis em: <http://www.oecd.org/document/8/0,3343,en_2649_33731_38434504_1_1_1_1,00.html>.

Divulgação de resultados - PNUD

O programa de Águas Internacionais do Fundo Global para o Meio Ambiente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que presta assistência aos países na identificação e priorização de questões de fronteiras ambientais e recursos hídricos, divulgou os resultados atuais de seus trabalhos. A publicação encontra-se disponível em: <http://www.undp.org/gef/05/documents/publications/IW_deliveringresults.pdf>.

Novo certificado sanitário internacional

A partir de 1º de julho, as cargas de carnes exportadas do Brasil para a Rússia passaram a ser acompanhadas da nova versão do Certificado Sanitário Internacional (CSI) emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O objetivo do novo selo é

dificultar a falsificação. Em aproximadamente um mês, o novo certificado será estendido ao mercado europeu e, gradativamente, substituirá o antigo documento emitido para os mais de 150 países importadores de carnes brasileiras. Maiores detalhes encontram-se disponíveis em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/07/02/materia.2007-07-02.7005028595/view>.

Projeto de educação ambiental

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) apresenta, nos próximos dias 24 e 25 de julho, em Lisboa, um projeto de cooperação em educação ambiental para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O projeto deve ter início neste ano, sob coordenação do Departamento de Educação Ambiental do MMA. Para maiores informações, acesse: <http://salasverdes.blogspot.com/2007/07/mma-elabora-projeto-de-educacao-ambiental.html>.

Acordo de cooperação: CDB e IFAP

O secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD, sigla em inglês) assinou um memorando de cooperação com a Federação Internacional de Produtores Agrícolas (IFAP, sigla em inglês). A assinatura ocorreu durante a 12ª reunião do Órgão Subsidiário sobre Consultoria Científica, Técnica e Tecnológica, realizada nos dias 2 a 6 de julho. O comunicado à imprensa encontra-se disponível em: www.cbd.int/doc/press/2007/pr-2007-07-02-ifap-en.pdf.

FIQUE DE OLHO!

Solução de Controvérsias na OMC

Em 12 de julho, o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC decidiu estabelecer um painel que examinará o regime de importação de bananas na União Européia. Maiores informações em: http://www.wto.org/english/news_e/news07_e/dsb_12july07_e.htm.

Foi publicado, em 13 de julho, relatório do painel da OMC que examinou o caso *Japan – Countervailing duties on dynamic random access memories from Korea* (DS336). O relatório completo, em formato pdf, encontra-se disponível em: http://www.wto.org/english/tratop_e/dispu_e/336r_e.pdf.

Curso - A Regulamentação do Comércio Internacional pela OMC

Entre os dias 16 a 20 de julho será realizado o curso “A Regulamentação do Comércio Internacional pela OMC”, organizado pela Sociedade Brasileira de Direito Público (SBDP) e sob a coordenação de Elaine Cristina G. da Silva. Com o objetivo de apresentar um panorama do sistema multilateral do comércio, bem como estudar o comércio de bens e serviços, os direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio e o sistema de solução de controvérsias da OMC, o curso será ministrado em cinco aulas no período noturno. Para maiores informações sobre como as inscrições, acesse: http://www.sbdp.org.br/ver_curso.php?idCurso=85.

Encontro nacional de colegiados ambientais

O I Encontro Nacional de Conselhos da Área Ambiental, que seria realizado em Brasília nos dias 5 e 6 de julho, foi ampliado e adiado para os dias 16 e 18 de outubro. O evento terá um novo nome: I Encontro Nacional de Colegiados Ambientais (Enca), e será organizado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), em parceria com o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. O objetivo do evento é gerar intercâmbio de experiências e debates sobre a participação social na gestão ambiental, além de incentivar o diálogo e articulação entre os órgãos colegiados nesta área. A notícia completa, que traz informações mais detalhadas, encontra-se disponível em: <http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=3473>.

Colóquio Internacional de Direitos Humanos

De 3 a 10 de novembro, será realizado em São Paulo o VII Colóquio Internacional de Direitos Humanos. Trata-se de encontro anual que reúne ativistas e acadêmicos de direitos humanos da América Latina, África e Ásia, para troca de experiências, estratégias de atuação e construção de novas redes de cooperação. As inscrições para sua VII edição já estão abertas e podem ser feitas no site: www.conectas.org/coloquio.

Padrões alimentícios

De 2 a 7 de julho ocorreu a 30ª sessão da Comissão do *Codex Alimentarius*, programa para padronização de alimentos elaborado conjuntamente pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Os relatórios ainda não se encontram disponíveis, mas poderão ser acessados em breve no seguinte endereço eletrônico: <http://www.codexalimentarius.net/web/archives.jsp?lang=en>.

Propriedade intelectual, recursos genéticos e conhecimento tradicional

De 3 a 12 de julho ocorreu a 11ª sessão do Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual e Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore (IGC, sigla em inglês) da Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI). Os documentos da reunião encontram-se disponíveis em: <http://www.wipo.int/meetings/en/details.jsp?meeting_id=12522>.

Plantações florestais e conservação da biodiversidade

O Banco Mundial aprovou o repasse de US\$ 7 milhões do Fundo Global para o Meio Ambiente para um projeto sobre conservação da biodiversidade em plantações florestais na Argentina. O objetivo do projeto é comprovar que é possível preservar a biodiversidade em plantações florestais bem manejadas e manter vantagem competitiva sem comprometer o meio ambiente. Maiores informações sobre o projeto e o financiamento estão disponíveis em: <<http://web.worldbank.org/external/projects/main?Projectid=P094425&theSitePK=40941&pagePK=64283627&menuPK=228424&piPK=73230>>.

Novo Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento

Foi lançado este mês, em Genebra, o Fórum de Cooperação em Desenvolvimento, realizado a cada dois anos como parte do segmento de alto nível da sessão anual do Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC, sigla em inglês). A primeira reunião do fórum deverá ocorrer no ano que vem em Nova Iorque. Mais detalhes encontram-se disponíveis em: <<http://www.un.org/ecosoc/newfunct/develop.shtml>>.

Global Compact Leaders Summit

Ocorreu, nos dias 5 e 6 de julho, o 2º *Global Compact Leaders Summit* da ONU, em Genebra. Nesta ocasião, empresas líderes em países desenvolvidos e em desenvolvimento - como Coca-Cola, Petrobras, Fuji e Xerox, entre outras - assinaram uma Declaração na qual se comprometem a trabalhar para uma economia mais inclusiva e sustentável. A Declaração de Genebra encontra-se disponível em: <http://www.unglobalcompact.org/docs/summit2007/GENEVA_DECLARATION.pdf>. Para maiores informações sobre o encontro, acesse: <<http://www.globalcompactsummit.org/>>.

Edições anteriores de **PONTES Quinzenal** podem ser acessadas em: http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de **PONTES Quinzenal** podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para pontes@ictsd.ch.

A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.

